

ENTRE O DISCURSO (DA EXIGENCIA) E O ENSINO (DA INEXISTENCIA): O MEMORIAL ACADEMICO COMO CALCANHAR DE AQUILES DA AUTOAVALIAÇÃO ACADEMICA

BETWEEN THE DISCOURSE (OF DEMANDING) AND THE TEACHING (OF NON EXISTENCE): THE ACADEMIC MEMORIAL AS THE ACHILLES HEEL OF ACADEMIC SELF-ASSESSMENT

ENTRE LE DISCOURS (DE L'EXIGENCE) ET ENSEIGNEMENT (D'INEXISTENCE): LE MÉMORIAL ACADÉMIQUE COMME TALON D'ACHILLE DE L'AUTO-ÉVALUATION ACADÉMIQUE

ENTRE EL DISCURSO (DE EXIGENCIA) Y ENSEÑANZA (DE INEXISTENCIA): EL MEMORIAL ACADÉMICO COMO TALÓN DE AQUILES DE LA AUTOEVALUACIÓN ACADÉMICA

Antonio Lailton Moraes Duarte¹
Arnaldo César Almeida de Oliveira²

Resumo

Em Modelos de Gestão Pública, Rennó (2019) explicita as várias etapas pelos quais passou o serviço público: do patrimonialismo, focado na personalidade do Governante, ao “Public Service Orientation” (PSO), modelo de gestão pública que, ao contrário do patrimonialismo, assume o princípio da “accountability” ou da “prestação de contas”. Nesse sentido, a ideia de ‘prestar contas’ acabou por se estabelecer (mesmo que ainda de forma incipiente em alguns locais, e com tantos detentores ferozes) sobretudo no meio acadêmico. Mas como esta prestação de contas deverá ser feita? Se pensarmos nos processos de ascensão funcional da docência superior de uma universidade pública do Estado do Ceará, o documento escrito que deverá prestar contas deverá ser um memorial acadêmico (OLIVEIRA, 2005). Supomos que este gênero materializa, apesar de ser marginalizado, através de sua escrita, e junto aos professores universitários, o discurso da “accountability”, visto que, no memorial acadêmico, o docente do ensino superior de uma universidade pública deverá justificar (prestar contas) de suas atividades (de ensino, de pesquisa, de extensão e de administração universitária) para ter concedida a sua ascensão funcional. Objetivamos, portanto, por meio de uma espécie de entrevista (ou um ensaio com perguntas e respostas), baseadas em questionamentos reais, com perguntas e respostas curtas (quando possível), estas construídas sobretudo a partir do trabalho de Oliveira (2005) e em reflexões subsequentes, refletir sobre o memorial, texto que, apesar de sua importância para o “sucesso” acadêmico, para seu debut e continuidade, ainda é um gênero subestimado, senão marginalizado, pela academia.

Palavras-chave: Autoavaliação acadêmica; Discurso; Ensino; Memorial acadêmico.

Abstract

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará. Professor na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos.

² Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. Professor na Cooperativa dos Trabalhadores em Educação do Estado Ceará.

In Public Management Models, Rennó (2019) spells out the various steps that the public service has gone through: from patrimonialism, focused on the personality of the Ruler, to “Public Service Orientation” (PSO), a public management model that, unlike patrimonialism, assumes the principle of “accountability” or “accountability”. In this sense, the idea of 'accountability' was eventually established (albeit still incipiently in some places, and with so many ferocious holders), especially in academia. But how should this accountability be done? If we consider the processes of functional advancement of higher education at a public university in the state of Ceará, the written document that must be held accountable should be an academic memorial (OLIVEIRA, 2005). We suppose that this genre materializes, despite being marginalized, through its writing, and with the university professors, the discourse of “accountability”, since, in the academic memorial, the higher education teacher of a public university must justify (accountability) of their activities (teaching, research, extension and university administration) to have granted their functional ascension. We aim, therefore, through a kind of interview (or an essay with questions and answers), based on real questions, with short questions and answers (when possible), these built mainly from the work of Oliveira (2005) and in subsequent reflections, reflecting on the memorial, a text that, despite its importance for academic “success”, for its debut and continuity, is still an underrated, if not marginalized, genre by the academy.

Keywords: Academic self-assessment; Speech; Teaching; Academic memorial.

Résumé

Dans Modèles de Gestion Publique, Rennó (2019) explicite les différentes étapes la fonction publique a traversé: du patrimonialisme, centré sur la personnalité du gouverneur, à la «Public Service Orientation» (PSO), modèle de gestion publique qui, contrairement au patrimonialisme, adopte le principe d'accountability ou de la “responsabilité de l'agent dans la fonction publique”. Après un long voyage, l'idée de «responsabilité» s'est imposée, également dans le milieu universitaire. Mais comment cette «responsabilité» devrait-elle être montrée à la société? Si nous pensons aux processus d'ascension fonctionnelle de l'enseignement supérieur dans une université publique de l'État du Ceará, le document écrit qui doit “rendre des comptes” doit être un mémorial académique (OLIVEIRA, 2005). Nous supposons que ce genre matérialise, malgré sa marginalisation, à travers son écriture, et avec les professeurs d'université, le discours de «responsabilité»: c'est à travers d'un mémorial académique qui le professeur de l'enseignement supérieur d'une université publique doit justifier (rendre compte de) ses activités (d'enseignement, recherche, d'extension et d'administration universitaire) pour obtenir leur ascension fonctionnelle. Donc notre objectif ici est de construire une sorte d'interview (ou d'un essai avec des questions et réponses) où nous présentons une réflexion sur le mémorial académique – notamment à partir d'Oliveira (2005) et de ses analyses ultérieures –, texte qui, malgré son importance pour la «réussite» académique, pour ses débuts et sa continuité, est encore un genre sous-estimé, sinon marginalisé par l'académie.

Mots-clés: Auto-évaluation académique; Discours; Enseignement; Mémorial académique.

Resumen

En Modelos de Gestión Pública, Rennó (2019) explica las distintas etapas que atravesó el servicio público: desde el patrimonialismo, centrado en la personalidad del gobernante, hasta la “Orientación al Servicio Público” (OSP o PSO), un modelo de gestión pública que, a diferencia del patrimonialismo, asume el principio de "responsabilidad del agente en la función pública" o "rendición de cuentas". Después de un largo viaje, se estableció la idea de "rendición de cuentas", incluso en el ámbito académico. Pero, ¿cómo mostrar esta responsabilidad a la sociedad? Si pensamos en los procesos de ascenso funcional de la docencia superior en una universidad pública del Estado de Ceará (Brasil), el documento escrito que debe “rendir

cuentas” debe ser un memorial académico (OLIVEIRA, 2005). Suponemos que este género materializa, a pesar de estar marginado, a través de su redacción, y con los profesores universitarios, el discurso de la rendición de cuentas, ya que, en el memorial académico, el profesor de educación superior de una universidad pública debe justificar (dar cuenta) de sus actividades (docentes, de investigación, extensión y administración universitaria) para que se le conceda su ascenso funcional. Por lo tanto, aquí presentamos, a través de una especie de entrevista (o de un ensayo con preguntas y respuestas), este construido a partir del trabajo de Oliveira (2005) y en sus estudios posteriores, un reflejo sobre el memorial, un texto que, a pesar de su importancia para el "éxito" académico, por su debut y continuidad, sigue siendo un género subestimado, si no marginado, por la academia.

Palabras-clave: Autoevaluación académica; Discurso; Enseñando; Memorial académico.

Existe um discurso/texto (da exigência) no ensino superior?

A palavra discurso, como sabemos, além de poder ser considerada equivalente a ‘texto’³, também é usada em vários contextos, o que lhe confere diversos sentidos. Os sentidos de um texto/discurso invariavelmente se “engajam” ao contexto em que são produzidos, desta forma, podemos afirmar que existem textos ou discursos mais “gerais” (em que o sentido é mais fluido) – podemos citar, como exemplo, a fala espontânea dos vendedores ambulantes/de rua –, como existirão, evidentemente, textos/discursos mais “específicos” (em que a produção do sentido é mais monitorada) – possivelmente os textos mais exemplares deste monitoramento sejam os relacionados a algum tipo de normatização: textos que vão desde a própria Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 2020)⁴ a textos institucionais, como, por exemplo, os produzidos/consumidos pela universidade: convocações, normas, pareceres, resoluções etc.

³ Sabemos que algumas teorias linguísticas, sobretudo a Linguística Textual e as vertentes da Análise do Discurso (AD francesa, Análise Dialógica do Discurso ou Translinguística ou Bakhtiniana, Análise Crítica do Discurso e Semiologia, dentre outras) estabelecem uma diferenciação ferrenha entre os termos texto e discurso. No entanto, para o escopo deste artigo, não estabeleceremos esta diferença, pois concebemos uma espécie de imbricação entre discurso e texto via contexto. Daí, usaremos, ao longo deste artigo, texto/discurso.

⁴ A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 2020) é a lei fundamental do País e como tal serve de guia para produção de outras leis, como as leis infraconstitucionais, leis ordinárias, leis complementares, dentre outras, e as leis, sentido lato sensu, das instituições, que denominamos, neste trabalho de textos institucionais, como, as portarias, resoluções, dentre outras.

Nesta perspectiva, a Universidade também normatiza seus usos (e costumes) através de textos escritos específicos, tendo em vista a exigência legal de seguir os princípios constitucionais previstos no art. 37 da CRFB/88⁵. As mais diversas demandas de uma Instituição de Ensino Superior (IES) deverão ser avaliadas, escrutinadas, para que, enfim, sejam finalmente elaborados, por seus conselhos ou colegiados universitários, textos que possam, o mais possível, detalhar como uma Instituição de Ensino Superior (IES) deverá (ou não) fazer para que possa funcionar, respondendo, assim, a tais e tantas demandas (internas e/ou externas).

No contexto de normatização que ocorre no interior de cada IES, há uma peça textual que certamente condensa o que a Universidade objetiva para si, e para a sociedade: as resoluções⁶. Poderiam ser consideradas as “leis” internas de cada IES, pois nelas há um conjunto de “regras” que deverão ser acolhidas pela dita comunidade acadêmica. Uma dessas regras é a exigência de se produzir um memorial (foco do que aqui apresentaremos), ora para entrar na universidade (concurso), a depender do tipo e concurso promovido pela IES, ora para ascender funcionalmente (seja por progressão⁷ seja

⁵ No caput do art. 37 da CRFB/88, temos expressamente elencados os princípios que a Administração Pública deve seguir, como o princípio da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência. Esse rol de princípios previsto no referido dispositivo constitucional é meramente exemplificativo, pois existem outros princípios que poderão ser invocados pela Administração Pública, como o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular, o princípio da isonomia, entre outros, que estão inclusive expressos em legislações infraconstitucionais. Apesar disso, é interessante destacar que o princípio da legalidade representa uma garantia para os administrados, pois qualquer ato da Administração Pública somente terá validade se respaldado em lei, em sua acepção ampla. Daí, a necessidade de a Universidade normatizar seus usos (e costumes) através de textos escritos específicos, a fim de garantir a proteção do administrado, no caso, o docente universitário, em relação ao abuso de poder, funcionando, assim, como um limitador da atuação do Estado, representado pela Universidade.

⁶ Resoluções são, de acordo com o Manual de Comunicação Oficial do Estado do Ceará, atos geralmente expedidos por órgão colegiados que disciplinam matéria de sua competência. (CEARÁ, 1994, p. 69). Na Administração Pública, especialmente na Universidade, as resoluções são muito utilizadas como instrumentos normativos emanado da reitoria da Universidade, normalmente contendo a decisão oriunda de sessões de órgãos de deliberação superior da Universidade, os denominados Conselhos Superiores. Via de regra, este texto é estruturado, grosso modo, pelos seguintes elementos: identificação e número do documento; preâmbulo, composto de ementa, autoria, fundamentação legal, motivação (facultativa) e ordem de execução; texto do documento, dividido em artigos; e fecho e assinatura (CEARÁ, 1994, p. 70).

⁷ A progressão é o tipo de ascensão funcional conhecida como horizontal, pois a ascensão se dar dentro da classe em que o agente público se encontra. No caso do docente universitário, por exemplo, este tipo de ascensão funcional por progressão ocorre por conta do decurso temporal e dentro da mesma classe em o docente se encontra, havendo apenas a mudança, por exemplo, de nível do docente na mesma classe em que ele se encontra.

por promoção⁸) em seus quadros. Como norma, uma Resolução, elaborada após detida análise de “docentes da casa”, que, na maioria das vezes, compõem os conselhos universitários, precisará ser respeitada. Este é o primeiro discurso da exigência que se apresenta no ensino superior, sobretudo em universidades públicas.

Porém, há um fato a ser aqui debatido, um que diz respeito ao memorial que deverá ser produzido (este é o segundo discurso da exigência, talvez podendo ser considerado mais “cruel” que o primeiro): por vezes (se não em todas as vezes) a Resolução, no caso sob análise, não define o que é um memorial, nem lhe dá contornos e limites de forma e conteúdo.

Ora, mesmo para professores que já estão na Universidade há algum tempo, a elaboração de um memorial provoca “incômodo”, “ansiedade”; o que dizer, então, daqueles que ainda irão enfrentar um concurso público, para entrar no magistério superior, e que terão de produzir um memorial? Outra: não há quem ensine a elaborar um memorial: a própria Universidade que o exige não oferece, em suas disciplinas de “produção de gêneros acadêmicos” (quando estas são ofertadas) uma formação sobre o que é e como seria escrito um memorial, nem mesmo em seus cursos de “extensão”.

Um comportamento recorrente nos docentes em relação à produção do seu memorial, tanto nos que pretendem entrar na universidade como nos que aí pretendem ascender funcionalmente, é buscar memoriais que tenham sido “deferidos” em sua avaliação e, evidente, subscrever, acompanhar as orientações existentes nas Resoluções, quando tais “orientações” existem.

A Universidade pública brasileira, a nosso ver, produtora de conhecimento, local do debate e da crítica, não pode, não deveria se contentar com tão pouco... parece que se endossa o que Dias *et al.* (1999), ao coproduzir documento para apresentar critérios necessários à avaliação de candidatos a ingresso no magistério superior na universidade da qual faz parte (UFPB), afirma que “difícilmente encontra-se um roteiro ou as normas para

⁸ A promoção é o tipo de ascensão funcional conhecida como vertical, pois a ascensão por promoção ocorrer quando há a mudança de classe do docente universitário por conta da realização de cursos de pós-graduação, por exemplo, quando o docente mudar da classe de assistente para adjunto, após concluir o doutorado. Ou mudar de auxiliar para assistente, quando conclui o mestrado.

a redação desse gênero textual [memorial] – a própria ABNT não apresenta referências sobre esse assunto” (p. 1). Aqui se explica o título deste trabalho: de um lado, exige-se a escrita de um memorial, porém, do outro lado, há uma inexistência (parcial ou absoluta?) no ensino de sua produção. Como pode a Universidade ser reconhecidamente uma instituição de “ensino”, e de ensino “superior”, e não observar um calcanhar de Aquiles tão nítido?

Dito isso, o que aqui pretendemos é acima de tudo deixar alguns apontamentos sobre o memorial, texto que, como veremos, apesar de sua importância para o “sucesso” acadêmico, para seu debut e continuidade, ainda é um gênero subestimado, senão marginalizado, pela Academia. Para tanto, elaboramos uma espécie de entrevista (ou um ensaio com perguntas e respostas), baseadas em questionamentos reais, com perguntas e respostas curtas (quando possível), estas construídas sobretudo a partir do trabalho de Oliveira (2005) e em reflexões subsequentes.

Memorial e currículo são a mesma coisa?

A resposta parece óbvia, não é? Porém, para respondermos a esta pergunta com (relativa) certeza precisamos saber, antes, como definiríamos ou como seria definido ou como poderia ser definido “currículo”. E esta possível complicação em dar uma resposta tão aparentemente óbvia se deve ao fato de muitos memoriais terem o “desenho” de... um currículo. Mas o que seria, enfim, um currículo; e um memorial?

Segundo Moraes ([1984]1990), “há, frequentemente, confusão entre os termos memorial e currículo. **Ocorre que, erroneamente, ambos os termos são usados indiferentemente.** Esta dúvida é remota, e algumas tentativas foram feitas para demovê-la” (p. 40) (grifo nosso). Conforme o autor, a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) nomeou uma comissão para estudar o problema. Após estudo detido da questão, aprovou-se uma conceituação para memorial e uma outra para currículo. Passou-se a entender memorial, pelo menos no âmbito da USP, e como sugestão de trabalho, como “**um relatório circunstanciado**, que deveria incluir a descrição e a avaliação crítica da formação acadêmica, das atividades profissionais, e, em particular, **das**

atividades docentes do candidato, que, a critério do candidato, possam contribuir para seu julgamento global por parte da comissão” (p. 40) (grifos nossos).

O mesmo autor acrescenta que “se quisermos resumir, de outra forma, **o conceito de memorial**, talvez possamos fazê-lo dizendo que ele **é um retrato crítico do indivíduo, visto por múltiplas facetas [‘formação acadêmica’, ‘atividades profissionais’, e, em particular, as ‘atividades docentes’, como explicitadas logo acima] através dos tempos, possibilitando inferências de sua capacidade para o futuro**” (p. 3) (grifos nossos).

É interessante observar que, no Manual de Comunicação Oficial do Estado do Ceará, há a indicação para se distinguir o memorial do *curriculum vitae*, pois aquele acompanha este, tendo em vista que o memorial é entendido como sendo:

o instrumento de que se utiliza um particular, em seu próprio nome ou em nome de terceiros, para se dirigir a uma autoridade em defesa de determinada ideia ou em solicitação a algo de seu interesse, sem que, no entanto, haja certeza quanto ao seu atendimento. (CEARÁ, 1994, p. 37)

Percebemos que este conceito de memorial apresentado no Manual de Comunicação Oficial do Estado do Ceará não tem relação alguma com o conceito proposto por Moraes ([1984]1990), pois, neste manual, o memorial é, grosso modo, uma solicitação em que um particular, em seu nome ou em nome de terceiros, requesta algo a que o peticionário não tem certeza do atendimento. Isto o diferencia do requerimento, pois neste o peticionário tem ou pensa ter direito à solicitação de algo em função de norma jurídica vigente (CEARÁ, 1994).

Essa ideia de memorial é a que predomina nos manuais de correspondência oficial, pois, ao procurarmos a definição de memorial em Beltrão e Beltrão (2004), por exemplo, observamos que estes autores orientam o consulente a procurar por requerimento, o que mostra que o memorial é um espécie, grosso modo, de requerimento para a Redação Oficial. Inclusive, estes mesmos autores definem memorial como sendo uma espécie de petição coletiva.

Essa definição de petição é, a nosso ver, problemática, pois a petição, no âmbito da Administração Pública, não pode ser tomada como um pedido sem certeza legal, já que, por conta do princípio da legalidade, devemos peticionar com base em algo legal, mas isso não significa que o pedido será deferido pela Administração Pública.

Advogamos por este entendimento tendo em vista que, a título de exemplo, os advogados fazem uma série de petições a Administração Pública, envolvendo obrigações de fazer, não fazer ou dar coisa, com base na lei, mas têm garantia alguma de que serão atendidos, já que o deferimento desses pedidos dependerá de uma série de aspectos a serem analisados, desde aspectos formais, legais, fáticos, probatórios, dentre outros.

Ao pesquisarmos o conceito de memorial em Martins e Zilberknop (2000), as autoras pedem para ver abaixo-assinado, exposição-de-motivos e relatório, o que mostra que a Redação Oficial aproxima o memorial ao requerimento, semelhante a Beltrão e Beltrão (2004). No entanto, amplia o espectro do memorial ao conceituá-lo da seguinte maneira: “Memorial é uma forma de comunicação que, de certo modo, abrange o relatório, a exposição-de-motivo e o abaixo-assinado” (MARTINS; ZILBERKNOP, 2000, p. 213). Além disso, as autoras dizem que “quanto ao assunto, o memorial é o instrumento que se destina solicitar algo à autoridade competente” (p. 213).

Notamos que, semelhante a Beltrão e Beltrão (2004), Martins e Zilberknop (2000) destoam do conceito de memorial proposto por Moraes ([1984]1990), pois no campo da correspondência oficial o memorial é concebido de forma diferente do campo acadêmico.

Interessante observar que, de acordo com Medeiros (2006, p. 296), o memorial pode ter duas acepções a depender do tipo de linguagem que se aborda, o que para nós, não se restringe à linguagem, mas sim ao campo de atividade do memorial. Medeiros (2006) propõe a acepção de memorial, em linguagem comercial, como sendo “[...] o livro em que se fazem lançamentos rápidos das operações comerciais, a fim de que mais tarde sejam escriturados nos livros adequados” (p. 296). Já para linguagem jurídica, o memorial é definido como:

[...] o escrito feito conforme o relatório, onde se descrevem os fatos relacionados às diligências ou perícias, é uma peça de esclarecimento conhecida como memorial descritivo. O **memorial** também pode ser uma petição dirigida a **uma autoridade, onde se registram lembranças de fatos ocorridos e, muitas vezes, juntam-se documentos probatórios**”. (MEDEIROS, 2006, p. 296) (grifo nosso)

A definição por nós destacada de memorial, no âmbito da linguagem jurídica, proposta por Medeiros (2006) se assemelha em parte com a proposta de memorial defendida por Moraes ([1984]1990), pois ao definir memorial como um registro de lembranças de fatos ocorridos, seguida da juntada de documentos

probatórios, retoma em parte a ideia de que o memorial é, no âmbito acadêmico, um relatório em que são registrados a formação acadêmica, as atividades profissionais e as atividades docentes, seguida de documentos probatórios.

Na comunicação redacional, Nadólskis (2009) define memorial descritivo, no âmbito da engenharia. Nesse âmbito, memorial descritivo é visto como sendo uma descrição para caracterizar obras, trabalhos de construção, reforma, ampliação, montagem, detalhando um projeto elétrico, hidráulico ou de qualquer outro tipo.” (NALDÓLSKIS, 2009, p. 212). Notamos que é uma definição totalmente diferente da proposta por Moraes ([1984]1990), apesar de, no nosso entendimento, haver a possibilidade de extrair por analogia a definição de memorial acadêmico quanto à questão da elaboração de uma espécie de relatório das atividades exercidas pelo docente e as que caracterizam uma obra de engenharia.

Em relação a currículo, Moraes ([1984]1990) nos diz que “se trata da tradução da expressão latina *curriculum vitae*, que é o **conjunto de informações sobre as habilitações do indivíduo**, estas devendo ser apresentadas de maneira sequencial [em tópicos e subtópicos, muitas vezes numerados]” (p. 3) (grifo do autor).

Já Luft *et al.* (2005), na mesma linha de Moraes ([1984]1990), nos diz que:

[o currículo] é um documento que apresenta os dados pessoais e as informações referentes aos interesses especiais à vida profissional de alguém. Destina-se em geral a documentar e a comprovar informações em caso de pedido de emprego, auxílios para cursos, bolsa de estudos e projetos, participação em congressos, encontros etc. O nome vem da expressão latina *curriculum vitae*, que significa ‘**percurso da vida**’. (LUFT *et al.*, 2005, p. 488) (grifo do autor)

Esse conceito de currículo proposto por Luft *et al.* (2005) nos mostra que há certa semelhança entre o currículo e o memorial acadêmico, o que revela que a diferenciação entre estes gêneros não é tão fácil de ser demonstrada, pois ambos apresentam os dados pessoais e as informações referentes aos interesses especiais à vida profissional de alguém, com o fim de traçar o percurso da vida de alguém, seguida de documentos probatórios, sendo que, a nosso ver, no currículo a finalidade é requerer um emprego, auxílio, bolsa de estudos e projetos, dentre outras atividades acadêmicas, enquanto no memorial é, a nosso ver, servir como objeto de avaliação por um comissão.

Além disso, o currículo se diferencia do memorial, porque, como assevera Luft *et al.* (2005, p. 488):

O currículo deve ser objetivo, sem julgamento pessoais ou comentários. A concisão, objetividade e exatidão são qualidades básicas para redação do texto. Os dados devem ser apresentados em ordem cronológica. A correção gramatical e a boa organização dos dados são muito importante.

É possível, então, notar diferenças significativas entre currículo e memorial: o currículo exige concisão, não cabendo julgamentos ou comentários pessoais, pois, como Luft *et al.* (2005, p. 488) observa: “normalmente quem o consulta [o currículo] precisa de informações rápidas e precisas sobre o candidato. Por isso, aconselha-se dar prioridade aos fatos relevantes”. Já no memorial acadêmico, não há essa coerção do gênero e da comunidade em que ele circula e é consumido, pois a comissão ao avaliar um memorial dispõe de tempo razoável para tal avaliação e espera que o candidato faça uma reflexão do seu percurso acadêmico.

Nadólskis (2009) define currículo de forma mais abrangente do que Luft *et al.* (2005), na medida em que entende que o currículo “é o documento que, por meio de uma sucinta relação de informações, dá condições de se avaliar a qualificação de uma pessoa” (NADÓLSKIS, 2009, p. 208). Porém, este mesmo autor acaba por aproximar-se da noção apresentada por Luft *et al.* (2005) quando também aposta na concisão e na ausência de comentários que devem ser características de um currículo:

A linguagem empregada nele [no currículo] deve ser extremamente concisa, restringindo-se a uma série de dados objetivos que são selecionados pelo interessado. **Não deve haver qualquer valorização dos dados com uso de adjetivos**; sua valorização fica por conta do destinatário. (NADÓLSKIS, 2009, p. 208-209) (grifo nosso)

Um aspecto interessante é que Nadólskis (2009) traz o que ele designa de *curriculum vitae* acadêmico. Neste tipo de currículo deve, de acordo com o referido autor, registrar-se os cursos realizados, com indicação da entidade, conteúdo programático, nome do docente, trabalhos feitos, seminários, resultados obtidos. Além desses registros, Nadólskis (2009) diz que também devem ser registradas as publicações, com o registro completo, as participações em congressos, simpósios, encontros, ciclos de conferência, entre outros eventos. Ele ressalta a importância de se registrar os cursos

ministrados, especificando onde foram realizados, quando, por quanto tempo, a quem, sobre o quê. Por fim, o autor ressalta que “o curriculum vitae [sic] deve conter com exatidão os estudos e produção intelectual pertinentes às suas finalidades” (NADÓLSKIS, 2009, p. 209).

Esse tipo de currículo, denominado de acadêmico por Nadólskis (2009), lembra-nos demais o estilo em tópicos e subtópicos do currículo disponibilizado via plataforma Lattes do CNPq (<http://lattes.cnpq.br/>): neste preenchemos um conjunto pré-determinado de categorias, incluindo-se aí dados pessoais, foto, ORCID (código alfanumérico não proprietário para identificar exclusivamente cientistas e outros autores acadêmicos e contribuidores), orientações de trabalhos, participações em bancas, artigos publicados, trabalhos técnicos, dentre vários outros.

Medeiros (2006) de forma mais detalhada diz que “**Curriculum vitae** é um conjunto de informações sobre o estado civil, grau de instrução, trabalhos publicados, atividades profissionais de uma pessoa.” (p. 276) (grifos do autor). O autor diz as partes que compõem um currículo ao defini-lo e depois diz que o currículo deve seguir as seguintes diretrizes:

[...] apresentar um perfil do candidato e ser uma biografia sucinta sobre a formação técnica e experiência profissional. Suas características são: clareza das informações, objetividade e simplicidade, porque é lido por profissionais de recursos humanos, que sabem distinguir o importante do que não é importante. (MEDEIROS, 2006, p. 276).

É interessante observar que Medeiros (2006) diz que o currículo é uma biografia sucinta, o que traz mais imbróglio para definição de currículo e destoa da ideia da concisão do currículo, já que uma biografia traz nuances da vida da pessoa biografada que não são relevantes, a nosso ver, para um currículo.

Martins e Zilberknop (2000) de forma muito simplória dizem que “Curriculum Vitae é o documento que fornece uma visão geral com relação à formação e à experiência profissional de alguém que se candidate a um cargo, curso etc” (p. 190). Ou sejam, tomam o currículo como um fornecedor de informações.

Diferentemente de Luft *et al.* (2005), Nadólskis (2009), Medeiros (2006) e Martins e Zilberknop (2000), Beltrão e Beltrão (2004) trazem um detalhamento extenso, comparado aos autores citados anteriormente, sobre o currículo, na medida em

que não trazem somente a definição e um exemplo de currículo, mas apresentam além da definição, exemplos de vários tipos de currículos (currículo com foto, currículo sem foto e currículo em formulário). Também detalham as partes que compõem o currículo e trazem uma série de recomendações quanto à formatação do currículo, detendo-se a aspectos do texto, do estilo, dos passos essenciais, da apresentação, das principais causas de rejeição e da forma como devem ser apresentadas as referências do currículo.

É relevante ressaltar o caráter humanístico da definição de currículo proposta por Beltrão e Beltrão (2004), pois definem currículo como sendo “[...] o documento que fornece uma visão geral do interessado como indivíduo” (p. 187). Ou seja, ressaltam a pessoa do currículo e não as informações presentes no currículo como os outros autores elencados nos mostram em suas definições. Também mostram que o currículo é uma ferramenta e não um instrumento para ser chamado para um emprego publicado em uma empresa ou mesmo tentar conseguir uma entrevista em empresas, pois, de acordo com os autores, “O empregador, a partir de sua análise, terá condições de avaliar o candidato, usando o currículo como guia para realizar a entrevista” (BELTRÃO; BELTRÃO, 2004, p. 187).

Se lermos com cuidado as acepções apresentadas acima, mesmo estas sendo resultado de estudo detido e cuidadoso de comissão especialmente criada pela USP para “estudar o caso”, poderemos constatar que, dentre tais acepções, memorial e currículo, continuam, ainda, muito próximos um do outro, a não ser por dois pequenos trechos, visto por nós como complementares, que, aqui, devemos destacar: o memorial deverá apresentar uma avaliação crítica e circunstanciada feita pelo indivíduo assim como deverá deixar claro a capacidade deste indivíduo para o futuro, no desenvolvimento de atividades as mais diversas de cunho acadêmico. Mas como se daria a escrita, como um memorial deveria ser/seria “apresentado”, em termos de forma e conteúdo, à banca examinadora/comissão examinadora? Isto, a nosso ver, parece estar elucidado nas colocações feitas pela Resolução nº 38/93, do Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Paraná (CEP-UFPR), no seu anexo III, quando esta afirma que memorial “apresenta as mesmas informações do *curriculum vitae*, porém, **de forma não enumerativa, mas discursiva**, devendo ser considerado uma autobiografia que deverá descrever, analisar e criticar acontecimentos sobre a trajetória acadêmico-

profissional e intelectual do candidato, avaliando cada etapa de sua experiência (...) devendo ser apresentado em concursos para ingresso e promoção na carreira docente” (s/p) (grifos nossos).

A produção de um memorial estaria, então, indissociavelmente ligado a duas características: uma, estar sempre acompanhado da autocrítica ou da autoavaliação ou da justificativa dos atos e decisões tomados pelo candidato; outra, a prospecção ou a capacidade para desempenhar atividades acadêmicas múltiplas no futuro, inferidas justamente da leitura e avaliação do memorial, características que não existem em currículos.

Memorial possuiria, então, uma definição?

Propomos que memorial (logo a seguir iremos denominá-lo de memorial “acadêmico”), seja considerado, a partir da análise do acima exposto e de Oliveira (2005), como um “gênero que funciona como documento hábil, autobiográfico, no qual se explicita (analisa e justifica) o amadurecimento do seu produtor a partir das suas trajetórias acadêmico-profissional e pessoal-intelectual (...) tal gênero se institui e se desenvolve de maneira peculiar no ambiente acadêmico, podendo ser considerado uma autoavaliação dos seus sujeitos-produtores, os sujeitos-docentes (...) devendo ser produzido tanto pelos que objetivam fazer parte da docência superior (concurso) como por aqueles que já são professores da Universidade (ascensão/promoção)” (OLIVEIRA, 2005, pp. 60-62). Para além da problemática da definição, que objetivamos, neste tópico, dirimir ou consensualizar, há uma (possível) outra problemática: a das várias denominações pelos quais são designados os memoriais. Vejamos a seguir.

Memorial possui apenas uma denominação?

Não. Há várias denominações para o memorial que, logo a seguir, iremos denominá-lo de “acadêmico”. Dentre algumas denominações, levantamos quatro (pelo menos), todas relativas ao gênero que deverá ser produzido ora para ingresso ora para progressão nos quadros funcionais das universidades. Vejamos algumas dessas

denominações: memorial “analítico-descritivo” (RESOLUÇÃO N° 935/2013 - CONSU/UECE; DMTOE-CE-PEQ/UFPA, s/d), memorial “circunstanciado” (PACHECO, s/d), memorial “de títulos e trabalhos” (BOAVENTURA, 1994), memorial “comentado” (Resolução nº 38/93-CEP-UFPR). Propomos, então, que memorial, dentre tantas e tão diversas denominações, seja denominado de memorial “acadêmico”, pois é um gênero produzido/consumido dentro do domínio discursivo acadêmico (MARCUSCHI, 2008) ou da esfera acadêmica (BAKHTIN, 1976) ou do campo acadêmico (BOURDIEU, 1989, 1983; BAKHTIN, 2003) ou da comunidade acadêmica (SWALES, 1990), a depender da filiação teórica.

Que tal, então, uma denominação: memorial acadêmico (MA)?

A proposta de denominarmos de maneira única o que é tão diversamente identificado possui várias vantagens, e objetivos: acaba (ou pelo menos mitiga) com a flutuação terminológica do termo ‘memorial’, o que, de saída, melhora ou mesmo promove sua efetiva compreensão, pois a leitura da, agora, expressão memorial ‘acadêmico’, mesmo realizada de maneira rápida, passa a identificar, de pronto, a instância sociocomunicativa que o produz e valida, e o exige; além do que leva o leitor (o futuro produtor/consumidor do memorial) a também supor-lhe forma e conteúdo; e ainda abarca, no nosso entendimento, todas as demais denominações que lhe são atribuídas (“analítico-descritivo”, “circunstanciado” etc.), visto que algo “acadêmico” invariavelmente é interpretado socialmente como algo “sério”, que precisa “de estudo”, ou seja, algo socialmente referendado como “analítico”, “crítico”, “circunstanciado”.

Memorial acadêmico (MA) como “accountability” do serviço público prestado à sociedade?

Em Modelos de Gestão Pública, Reno (2019) explicita as várias etapas pelos quais passou o serviço público: do patrimonialismo, focado na pessoalidade do Governante (não seria exagero admitir que o discurso do “outro”, da sociedade, era prontamente silenciado), ao *Public Service Orientation* (PSO), modelo de gestão pública que, ao contrário do patrimonialismo, assume o princípio da “accountability”, ou seja, da

“prestação de contas” (CARDOSO, 2005; RENNÓ, 2019). Isto significa, em termos administrativos e éticos, que:

quem desempenha funções de importância na sociedade [um docente do Ensino Superior, por exemplo] deve regularmente explicar o que anda a fazer, como faz, por qual motivo faz, quanto gasta e o que vai fazer a seguir. **Não se trata, portanto, apenas de prestar contas em termos quantitativos, mas de autoavaliar a obra feita, de dar a conhecer o que se conseguiu e de justificar** [decisões e] aquilo em que [por ventura] se falhou. **A obrigação de prestar contas (...) é tanto maior quanto a função é pública**, ou seja, quando se trata do desempenho de cargos pagos pelo dinheiro dos contribuintes. (WIKIPEDIA, on-line) (grifos nossos)

Propomos, então, que o memorial acadêmico materializa, através de sua escrita, junto a professores, e junto à sociedade, o discurso da “*accountability*”, da prestação de contas, visto que, nele (talvez unicamente nele), o docente do ensino superior deverá justificar (prestar contas) de suas atividades (de ensino, de pesquisa, de extensão; e de outras...). Objetivamos, portanto, que o memorial acadêmico seja considerado, de saída, como uma espécie de *accountability* escrito (ou *accountability* genérico), pois nele se materializa todo o discurso atual de que o ator público (no caso, um docente do ensino superior) deverá prestar contas, à sociedade, de seus afazeres.

Memorial acadêmico é um texto marginal(izado) pela Academia?

Falar de algo “marginal” carrega em si uma inquietação, que nada mais é que uma pretensão (talvez utópica): a de tentar, de maneira indireta (ou mesmo direta), “desmarginalizar” aquilo que, até agora, foi colocado “à margem” (ou, pelo menos, plantar uma semente: a da “desmarginalização”).

O memorial acadêmico (MA) parece ser uma espécie de gênero marginal, pois se configura, atualmente, como um gênero trampolim. Dizemos isto por que ninguém parece estar preocupado com “o memorial em si”: os olhos daqueles que o lerão, daqueles que o avaliarão (banca examinadora), apenas “passam por ele”, pois têm por foco, e objetivo único, aplicar-lhe uma “nota” dita “objetiva” invariavelmente a ele dada a partir dos “títulos relacionados” no memorial produzido, como se o consumo do memorial se resume apenas a este foco.

Pensar o memorial acadêmico tão somente como mero caminho para se chegar a uma relação de títulos – que nele deverá vir exposta –, é desprezar o papel fundamental que este cumpre ao ser mecanismo-chave em processos de seleção de docentes de nível superior, estando tanto localizado “na ponta” (para ingressar na Universidade) como “no meio” (ascensões ou promoções) deste processo.

Outro ponto que deve ser destacado é a riqueza das histórias de seus produtores, os sujeitos-docentes, que nele deverão vir registradas, ficam à mercê exclusivamente da avaliação de títulos, o que faz com que a aferição de uma nota se localize tão somente no aspecto quantitativo, pois, conforme assevera Silva (2001, p. 27):

a aferição do memorial não deve ficar restrito à dimensão quantitativa. Com efeito, é de suma importância a incorporação de elementos qualitativos emanados do texto ou da arguição do candidato (...) [Tal avaliação é uma ótima oportunidade de [para além de] aferir aspectos [unicamente] objetivos [também levar em conta uma análise dos aspectos] subjetivos do autor do memorial,

tendo em vista que não se pode, a nosso ver, restringir o memorial acadêmico a um mero relatório acadêmico⁹.

Ainda sobre a questão do possível reposicionamento do gênero memorial acadêmico, em termos de se reavaliar sua importância para a academia e para os enunciadores que lá desenvolvem suas atividades, transpondo-se, assim, o estigma de gênero reconhecidamente menor (HOLLANDA, 1993), aceitemos o fato de que:

[...] os processos de produção e compreensão [do discurso acadêmico, por exemplo] **pressupõem a existência de enunciadores [docentes universitários] que assumam o seu dizer e o seu pensar, a partir de suas experiências pessoais, representações, ideologias, convenções de toda ordem.** (CORACINI, 191, p. 175) (grifos nossos)

Há uma ideologia, na academia, que considera uns textos, e, no mesmo ato, desconsidera ou marginaliza outros: pensamos ser este o caso do memorial acadêmico. E

⁹ Atualmente na Universidade Estadual do Ceará, o memorial somente é usado nos casos de avaliação do estágio probatório, cujo fim é encerrar a última fase do concurso público da carreira docente, ferindo ou não a estabilidade ao docente do ensino superior, e na ascensão funcional por promoção de professor adjunto para professor associado. Esta ascensão é do tipo promoção, mas, a nosso ver, é uma atecnia, pois não envolve como as outras promoções a conclusão de um curso de pós-graduação stricto sensu, mas apenas o decurso temporal de um ano no último nível da classe de professor adjunto.

este assim o é porque, na ambiência acadêmica, o “artigo de pesquisa é considerado o gênero por excelência da academia” (CORACINI, 1991), este é “o mais usado por pesquisadores/cientistas para divulgar conhecimento” (MOTTA-ROTH, 1998; BERNARDINO, 2007), e ainda “funciona como promotor da imagem do pesquisador [docente] como alguém mais significativo e qualificado para contribuir com a academia no desenvolvimento/progresso da ciência” (MOTTA-ROTH, 2002) e, a nosso ver, atende ao brocardo acadêmico “Publique ou pereça”, como bem demonstraram Motta-Roth e Hendges (2010), ao provocativamente analisarem este brocardo acadêmico à luz da prática de publicação acadêmica, sobretudo quanto aos aspectos organizativos da comunidade científica, que, no entendimento das autoras, têm implicações diretas na prática de publicação.

É interessante ressaltar que, consoante Motta-Roth e Hendges (2010), a política de publicação no Brasil segue um modelo norte-americano, em que “a produtividade intelectual é medida pela produtividade na publicação” (p. 13), o que é bastante criticado pela comunidade científica brasileira, com a qual concordamos e fazemos parte dessa crítica. As autoras entendem que “para mudar o sistema, é preciso conhecê-lo e participar dele” (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p. 13), o que, a nosso ver, acaba fortalecendo a política de publicação criticada e privilegiando o ensino de gêneros acadêmicos como forma de ingresso e sucesso de novos membros na comunidade científica, com o foco no artigo acadêmico, o que revela o desprestígio do Memorial Acadêmico (MA).

O memorial acadêmico, portanto, tem uma longa tradição a enfrentar... porém, lembremo-nos: todo esse desenvolvimento, toda essa qualificação, só é possível por que, antes, foi produzido ou foram produzidos memoriais acadêmicos: foi este que, no início de carreira, teve de ser produzido para dar acesso ao Ensino Superior a um “debutante”; e é ele que, de novo, deverá ser produzido pelo agora já docente do Ensino Superior, para que este possa progredir funcionalmente, podendo, com isto, produzir vários, inúmeros artigos em sua vida acadêmica.

Observe-se que o artigo científico não tem como propósito a reflexão sobre as práticas realizadas na academia, daí propormos que se possa considerar o Memorial Acadêmico (MA) um metadiscorso do discurso acadêmico, semelhante ao que propôs Bernardino (2007) para o artigo acadêmico, ao estudar as suas marcas de

posicionamento, ou uma espécie de gênero metaacadêmico, pois se debruça, também, sobre as práticas que se realizaram, e que se realizam, no âmbito da esfera (BAKHTIN, 1997) acadêmico-científica ou campo (BOURDIER, 1989, 1983; BAKHTIN, 2003) ou comunidade discursiva (SWALES, 1990) ou domínio discurso (MARCUSCHI, 2008), voltando-se sobre si para “examinar seu próprio conteúdo, historiando-o, analisando-o, justificando-o” (SOARES, 1991). Como tão bem sintetizou Carvalho (2000, p. 1):

[o memorial acadêmico] relata os eventos notáveis e [também as] realizações pessoais de um Professor que são dignos de permanecer na memória da sociedade e na história da Instituição a que pertence, procurando dar sentido às suas ações, **mostrando as finalidades e motivos que o levaram a desenvolvê-las.** (grifos nossos)

Por que, então, ainda não ter sido dado uma certa “distinção” (outro *status*) ao memorial acadêmico, resultante das peculiaridades expostas acima? Este continua a ser um gênero subestimado (HOLLANDA, 1993), não-consagrado (MOTTA-ROTH, 1998) na esfera (BAKHTIN, 1997), no campo (BOURDIEU, 1989, 1990; BAKHTIN, 2003), no domínio discursivo (MARCUSCHI, 2008), na comunidade discursiva (SWALES, 1990) acadêmica (o). Afinal, não é através dele, e unicamente nele, que se corporificam, a um só tempo, a formação e experiências acadêmico-profissionais e o desvelamento da subjetividade daquele que produziu/construiu tais experiências, o cientista-pesquisador? Será que isto acontece por “medo do novo desestabilizador” (CORACINI, 1991, p. 50) ou por negligência ou inação de alguns setores dessa comunidade?

Memorial acadêmico revela o docente milípede?

Sim. Há várias marcas textual-discursivas que revelam o docente milípede. Mas o que é um docente milípede? É aquele docente que, ao longo, da sua formação e atividade acadêmica experiencia o tripé que sustenta a Universidade Brasileira, previsto na CRFB/88, mais precisamente no art. 207, que prescreve o seguinte: “Art. 207. As universidades gozam de **autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial**, e obedecerão ao princípio de **indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**”. (BRASIL, 2020) (grifos nossos)

O mandamento constitucional revela que ser professor universitário é colaborar para que a universidade cumpra o seu papel de forma indissociável entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

No MA essa indissociabilidade é exigida na medida em que o docente do ensino superior só poderá, por exemplo, ter sua ascensão por progressão deferida se atender a todas as exigências formais: atividades de ensino (ministração de aulas, seja na graduação ou na pós-graduação); de pesquisa (no âmbito da graduação ou da pós-graduação, seja com proposta de projetos de pesquisa, como os de iniciação científica e de grupos de pesquisa, financiamento de pesquisas etc.). Note-se que o resultado das pesquisas invariavelmente será divulgado por meio de artigos científicos, publicados em diversos periódicos e revistas das diversas áreas do conhecimento. Tais pesquisas, inclusive, são divulgadas também em diversos eventos acadêmicos, como simpósios, colóquios, seminários, encontros universitários, semanas acadêmicas, dentre outros, funcionando como uma espécie de extensão acadêmica, apesar de sabermos que a extensão universitária envolve outras demandas sobretudo aquelas que envolvem universidade-comunidade, pois uma marca da extensão é promover a participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na IES, por meio, por exemplo, dos cursos de extensão, de programas, eventos, projetos e prestação de serviços. Tudo isso para que o processo educativo, cultural e científico possa ser articulado no tripé da universidade e possa viabilizar a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Todas essas atividades devem ser exercidas pelo docente universitário e descrita em seu MA, a fim de mostrar que o docente milípede abraçou a missão universitária.

No entanto, na universidade brasileira, o docente não deve ter apenas três pernas, deve ser de fato milípede, pois além da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, o docente pode, ao longo da sua carreira, assumir cargos administrativos no âmbito da universidade, como coordenador de curso, diretor de faculdade, coordenador de estágio supervisionado, coordenador de laboratório, coordenador de núcleo de universitário, chefe de departamento, reitor, vice-reitor. Além desses, pode assumir a função de examinador em bancas de avaliação de concurso público, de ascensão funcional, em que indubitavelmente fará a leitura e avaliação de um MA.

Diante do exposto, percebemos que o docente de fato é um milípede e que isso é revelado no MA, na medida em que ao buscar sua ascensão funcional o docente rememorarão todas essas atividades exercidas ao longo de determinado período de atividade acadêmica e revelará, a um só tempo, a formação e experiências acadêmico-profissionais e o desvelamento da subjetividade daquele que produziu/construiu tais experiências, o docente-cientista-pesquisador.

Apontamentos finais (ou futuros)

Como guisa de apontamento final, pensamos que cumprimos nosso objetivo, pois mostramos que o primeiro discurso da exigência envolve a elaboração de uma resolução, que funciona como “lei” interna de cada IES, em que há um conjunto de “regras” que deverão ser acolhidas pela dita comunidade acadêmica, sendo uma delas a de se produzir um memorial ora para entrar na universidade (concurso), a depender do tipo e concurso promovido pela IES, ora para ascender funcionalmente em seus quadros. Já o segundo discurso da exigência é ausência na Resolução de definições sobre o que é um memorial, dos contornos e dos limites de forma e conteúdo para se produzir esse gênero tão importante para o caminho da docência superior, ainda é um gênero subestimado, senão marginalizado, pela Academia.

Dessa forma, acreditamos que é preciso avançar no processo de normatização para produção, recepção e circulação do MA, tendo em vista que o discurso da exigência deve estabelecer a definição, os contornos e os limites de forma e conteúdo desse gênero do domínio acadêmico, pois entendemos que o gênero é um modo de interlocução em uma esfera da atividade humana, “[...] tão indispensável quanto as próprias formas da língua, utilizadas por um ou vários enunciadores em determinada prática social” (CAVALCANTE *et al.*, 2020, p. 8), e é organizado em sistemas de gêneros através de padrões sociocomunicativos e sócio-históricos estabelecidos pelos grupos sociais e que revela um conjunto de práticas languageiras evidenciadoras dos posicionamentos discursivos ideológicos de todos os que comungam pontos de vista semelhante, que denominamos de discurso, e que corresponde a uma ou mais forma de um texto, cujo fim é guiar a enunciação e condicionar uma das diversas modalidades argumentativa, já que o

texto é um evento singular que se dá pela construção negociada de sentidos em situação sócio-historicamente contextualizada.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BELTRÃO, Odacir; BELTRÃO, Mariúsa. Correspondência: linguagem e comunicação oficial, comercial, bancária e particular. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BERNARDINO, Cibele Gadelha. O metadiscorso interpessoal em artigos acadêmicos: espaço de negociações e construção de posicionamentos. Orientador: Adriana Silvina Pagano. 2007. 243 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

BOAVENTURA, Edivaldo M. Memorial. Apresentado à Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão - FAPEX para o Prêmio Pesquisador do Ano 1994/UFBA, Área ... Apresentado à Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão - FAPEX para o Prêmio Pesquisador do Ano 1994/UFBA, Área III - Ciências Humanas. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA Salvador - 1995.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989, p. 59-73.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 dez. 2020.

CARDOSO, Carlos. ESE de Lisboa. Accountability e igualdade de oportunidades em educação: edição n.º 149, ano 14, outubro, 2005. Disponível em: <https://www.apagina.pt/?aba=7&cat=149&doc=11072&mid=2>. Acesso em: 11 jul. 2019.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães *et al.* Linguística textual e argumentação. Campinas, SP: Pontes, 2020.

CARVALHO, Claudio J. Barros de. *Memorial*. Documento elaborado para Professor Titular da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2000.

CEARÁ. Governo do Estado. Secretaria da Administração. Manual de comunicação oficial. Fortaleza: SEAD, 1994.

CEARÁ, Governo do Estado do Ceará. Secretaria da Ciência Tecnologia e Educação Superior Universidade Estadual do Ceará – UECE Secretaria dos Órgãos de Deliberação Coletiva - SODC. Resolução nº 935/2013 - CONSU, de 18 de fevereiro de 2013. Estabelece normas para a avaliação especial de estágio probatório do docente para confirmação no cargo de provimento efetivo do grupo ocupacional Magistério Superior - MAS - da Fundação Universidade Estadual do Ceará - FUNECE. Disponível em: http://www.uece.br/depes/index.php/arquivos/doc_view/122-?tmpl=component&format=raw. Acesso em: 02 jul. 2019.

CORACINI, Maria José. Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência. São Paulo: Pontes, 1991.

DIAS, Luiz Francisco; BEZERRA, Maria Auxiliadora; REINALDO, Maria Augusta G. M. *Critérios para o julgamento de progressão funcional vertical sem titulação: contribuição do Departamento de Letras da Universidade Federal da Paraíba*. 1999. Trabalho de Conclusão de avaliação (Progressão funcional vertical sem titulação) - Centro de Humanidades, Departamento de Letras, Campina Grande, 22 julho, 1999.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Memorial*. Documento apresentado por ocasião do concurso para Titular em Teoria Crítica da Cultura. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

LUFT, Celso Pedro et al. Novo manual de Português. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Globo, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português instrumental. 21. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

MEDEIROS, João Bosco. Correspondência: técnica de comunicação criativa. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MORAES, Irany Novah. [1984]. *Redação de memorial*. Rio de Janeiro: EPUME, 1990.

MOTTA-ROTH, D. Escritura, gêneros acadêmicos e construção do conhecimento, Letras, 1998.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Gabriela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.

MOTTA-ROTH, D. A construção social do gênero resenha acadêmica. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 2001. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br>. Acesso em: 10 jul. 2018.

NADÓLSKIS, Hêndricas. *Comunicação redacional atualizada*. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

OLIVEIRA, Arnaldo César Almeida de. *Memorial acadêmico: contexto comunicativo-situacional de produção e organização retórica do gênero*. Orientadora: Bernardete Biasi-Rodrigues. 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

RENNÓ, Rodrigo. *Modelos de Gestão Pública: Patrimonialismo, Burocracia e Gerencialismo*. (Aula Completa), 11 de julho, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PZ3lghD6Ff8>. Acesso em: 11 jul. 2019.

SILVA, Marcelo Gurgel C. da. *Elaboração de memorial*. Fortaleza: EdUECE, 2001.

SOARES, M. B. *Metamemória: memórias travessia de uma educadora*. São Paulo: Cortez, 1991.

SWALES, J. M. *Genre analysis: english in academic and research settings*. Cambridge: University Press, 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO E PESQUISA. RESOLUÇÃO Nº 3.442/CSEP. *Regulamenta no âmbito da Universidade Federal do Pará a progressão para a Classe de Professor Associado e estabelece critérios de avaliação*. De 18 de agosto de 2006. Disponível em: http://cppd.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12&Itemid=11. Acesso: 02 maio. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Comissão Permanente do Pessoal Docente – CPPD, *Instruções para processos*. Disponível em: http://cppd.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12&Itemid=11. Acesso em: 20 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Guia de Orientação ao Servidor. Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal – PROGEP, *Carreira de Magistério Superior: Progressão/Promoção Funcional*. Disponível em: http://www.progep.ufpa.br/progep/documentos/Guia-de-Orientacao-ao-Servidor-PROGEP_UFPA.pdf. . Acesso em: 20 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Resolução Nº 10/14 – CEPE. *Estabelece os critérios de avaliação para fins de promoção e progressão na Carreira do Magistério Superior na Universidade Federal do Paraná*. Disponível em: http://www.cppd.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2019/06/resolucao_10_14_cepe_progressao_magisterio_superior_na_ufpr.pdf. . Acesso em: 20 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Resolução nº 38/93* - Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Paraná. Orientações para produção de memorial comentado. Curitiba: UFPB, 1993.

Artigo recebido em: 17 de outubro de 2019

Aprovado em: 10 de dezembro de 2020

SOBRE OS AUTORES

Antonio Lailton Moraes Duarte – É graduado em Letras e em Direito, com mestrado em Linguística. Professor na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos. Integrante do grupo de estudos PROTEXTO e do grupo Discurso Institucionalizado e Argumentação. Pesquisado a argumentação em decisões judiciais proferidas pelo STF.

Contato: antonio.duarte@uece.br

ORCID: [0000-0003-4099-4858](https://orcid.org/0000-0003-4099-4858)

Arnaldo César Almeida de Oliveira – Graduado em Letras, com mestrado em Linguística. Membro efetivo, como docente e coordenador, da Academia Apeoc e Apeoc nas Escolas da Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará.

Contato: arnaldocesarce@gmail.com

ORCID: [0000-0002-5185-9689](https://orcid.org/0000-0002-5185-9689)